

INVENTÁRIO DO CONHECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: ESTUDO COM MÃES EM CONTEXTO DE CÁRCERE NA AMAZÔNIA

INVENTORY OF KNOWLEDGE OF CHILD DEVELOPMENT: STUDY WITH
MOTHERS IN PRISON IN THE AMAZON REGION

INVENTARIO DEL CONOCIMIENTO SOBRE EL DESARROLLO INFANTIL:
ESTUDIO CON MADRES EN CONTEXTO CARCELARIO EN LA AMAZONÍA

Iara Corrêa Ibiapina¹, Alice Fernandes dos Santos Sousa², Celina Maria Colino Magalhães³,
Daniela Castro dos Reis⁴, Lília Iêda Chaves Cavalcante⁵

DOI: 10.54899/dcs.v22i83.3346

Recibido: 08/09/2025 | Aceptado: 10/09/2025 | Publicación en línea: 29/10/2025.

RESUMO

O conhecimento sobre desenvolvimento é fundamental para estimular o processo de crescimento durante a infância. Este estudo objetivou analisar o conhecimento de mães em contexto de cárcere na Amazônia acerca do desenvolvimento infantil. A pesquisa foi transversal, de caráter descritivo e exploratório, de análise quantitativa dos dados. Participaram 30 mulheres da Unidade Materno Infantil (UMI), da Unidade de Custódia e Reinserção Feminino (UCRF) do Pará. Os instrumentos utilizados foram os Censos dos Atendimento realizados na UMI e o Inventário de Conhecimentos do Desenvolvimento Infantil (KIDI). Para a tabulação e cálculo das frequências foi utilizado o Microsoft Office Excel (2016) e as análises estatísticas foram descritas pelo Jeffreys's Amazing Statistics Program (JASP). Os resultados sinalizaram que 53% (n=16) das mães eram maiores de 23 anos, 63% (n=19) naturais da Região Metropolitana de Belém, 80% (n=16) eram pardas, 90% multíparas (n=27), 57% com ensino fundamental (n=17) e 57% (n=17) trabalhadoras informais com maior quantitativo de acertos (68,61%) no eixo de segurança e saúde e maior índice de erros (40,62%) na área de marcos e normas do desenvolvimento, sobretudo no domínio cognitivo. Conclui-se que a multiparidade e possíveis orientações de familiares e conhecidos podem ter contribuído para a maioria dos acertos em segurança e saúde, mas o inaccessibilidade a ambientes acadêmicos, fruto de marcadores território-raciais, pode ter influenciado no desconhecimento acerca das normas desenvolvimentais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Infantil. Maternidade. Cárcere. Amazônia. Conhecimento.

¹ Graduanda em Psicologia, Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Belém, Pará, Brasil.
E-mail: iaracibiapina@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-7066-0043>

² Mestranda em Psicologia, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.
E-mail: alice.psi.profissional@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-9766-2014>

³ Doutora em Psicologia, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.
E-mail: celinaufpa@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1279-179X>

⁴ Doutora em Psicologia, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.
E-mail: danireispara@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9505-4516>

⁵ Pós-Doutora em Psicologia, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.
E-mail: liliaccavalcante@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3154-0651>

ABSTRACT

Knowledge about development is fundamental to stimulate the growth process during childhood. This study aimed to analyze the knowledge of mothers in prison in the Amazon region about child development. The research was cross-sectional, descriptive, and exploratory, with quantitative data analysis. Thirty women from the Maternal and Child Unit (UMI) and the Female Custody and Reintegration Unit (UCRF) in Pará participated. The instruments used were the Census of Care provided at the UMI and the Knowledge Inventory of Child Development (KIDI). Microsoft Office Excel (2016) was used for tabulation and frequency calculation, and statistical analyses were described by Jeffreys' Amazing Statistics Program (JASP). The results indicated that 53% (n=16) of the mothers were over 23 years old, 63% (n=19) were from the Metropolitan Region of Belém, 80% (n=16) were brown-skinned, 90% were multiparous (n=27), 57% had elementary school education (n=17), and 57% (n=17) were informal workers with the highest number of correct answers (68.61%) in the safety and health axis and the highest error rate (40.62%) in the area of developmental milestones and norms, especially in the cognitive domain. It can be concluded that multiparity and possible guidance from family members and acquaintances may have contributed to the majority of correct answers in safety and health, but lack of access to academic environments, due to territorial-racial markers, may have influenced the lack of knowledge about developmental norms.

Keywords: Child Development. Motherhood. Prison. Amazon. Knowledge.

RESUMEN

El conocimiento sobre el desarrollo es fundamental para estimular el proceso de crecimiento durante la infancia. El objetivo de este estudio fue analizar los conocimientos de las madres en contexto carcelario en la Amazonía sobre el desarrollo infantil. La investigación fue transversal, de carácter descriptivo y exploratorio, con análisis cuantitativo de los datos. Participaron 30 mujeres de la Unidad Materno-Infantil (UMI) y de la Unidad de Custodia y Reinserción Femenina (UCRF) de Pará. Los instrumentos utilizados fueron los censos de atenciones realizadas en la UMI y el Inventario de Conocimientos sobre el Desarrollo Infantil (KIDI). Para la tabulación y el cálculo de las frecuencias se utilizó Microsoft Office Excel (2016) y los análisis estadísticos se describieron mediante el programa Jeffreys's Amazing Statistics Program (JASP). Los resultados indicaron que el 53 % (n=16) de las madres tenían más de 23 años, el 63 % (n=19) eran originarias de la Región Metropolitana de Belém, el 80 % (n=16) eran mestizas, el 90 % multíparas (n=27), el 57 % tenían estudios primarios (n=17) y el 57 % (n=17) eran trabajadoras informales con un mayor número de aciertos (68,61 %) en el eje de seguridad y salud y un mayor índice de errores (40,62 %) en el área de hitos y normas del desarrollo, sobre todo en el ámbito cognitivo. Se concluye que la multiparidad y las posibles orientaciones de familiares y conocidos pueden haber contribuido a la mayoría de las respuestas correctas en seguridad y salud, pero el acceso limitado a entornos académicos, fruto de marcadores territoriales y raciales, puede haber influido en el desconocimiento de las normas de desarrollo.

Palabras clave: Desarrollo Infantil. Maternidad. Cárcel. Amazonía. Conocimiento.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento infantil é o processo no qual determinadas capacidades e habilidades são adquiridas e aprimoradas, especialmente na primeira infância, a partir da interação de fatores físicos, nutricionais, econômicos, ambientais e culturais que necessitam ser estimulados conforme cada fase em que a criança se encontra (Munhoz et al., 2022).

Esse processo desenvolvimental durante a infância pode acontecer no contexto carcerário, o qual terá particularidades específicas que, caso forem desprovidas de ambientes estratégicos para que os domínios físico, cognitivo e psicossocial sejam estimulados, o desenvolvimento da criança pode ser prejudicado, ocasionando atrasos na aquisição de certas habilidades (Oliveira, 2017).

Com o aumento da população carcerária feminina no Brasil, especialmente de gestantes, medidas de adaptação para amparar direitos básicos de pré-natal, parto amamentação, convivência ou afastamento dos filhos, por exemplo, são amplamente discutidas nos âmbitos sociopolíticos (Albuquerque & Castro, 2025; Magalhães, 2022). Na Amazônia, sobretudo no estado do Pará, para além das configurações estruturais do cárcere, há, também, questões raciais e econômicas que atravessam a dificuldade de acesso a esses direitos. A baixa escolaridade também perpassa pelo perfil dessas mães, o que geralmente limita o grau de conhecimento delas acerca dos aspectos do desenvolvimento infantil (Oliveira & Magalhães, 2017).

Por isso, além de uma vulnerabilidade vivida pelas mães amazônidas custodiadas, os seus filhos também podem estar expostos à carência de estimulação em seu processo desenvolvimental, tanto pela escassa presença de redes de apoio, quanto pelas restrições no acesso à informação, inclusive, em temáticas de desenvolvimento infantil (Leal et al., 2021; Oliveira, 2017).

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de analisar o conhecimento que mães privadas de liberdade na Amazônia possuem sobre o desenvolvimento infantil, verificando as influências sobre o processo desenvolvimental de seus bebês no cárcere, bem como subsidiar intervenções políticas e psicoeducativas voltadas a esse público, de forma contextual.

REFERENCIAL TEÓRICO

Estudos na área de Psicologia do Desenvolvimento se propõem investigar o processo

contínuo e ininterrupto que ocorre ao longo do ciclo vital, influenciado pela interação mútua entre fatores biológicos, sociais, físicos, culturais e econômicos que promovem mudanças em cada fase do desenvolvimento (Seidl-de-Moura, 2004). Diferentes perspectivas teórico-metodológicas fundamentam esse campo de estudo, dentre as quais, pode-se destacar a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), proposta por Urie Bronfenbrenner (1979), a qual propõe que o desenvolvimento é configurado pela relação mútua e bidirecional entre a pessoa e o ambiente ecológico, que interagem entre si e possuem um conjunto de regras e funções que possibilitam adquirir, ampliar e diferenciar concepções, tornando o indivíduo mais capacitado ao envolvimento de atividades nesse meio.

Nessa direção, o desenvolvimento infantil, a partir da visão bioecológica, é compreendido como um processo multifatorial de maturação neurológica e de crescimento físico, cognitivo, social e psicológico, em que, gradativamente, as crianças se tornam capazes de se envolver nas atividades do meio e de responder às próprias necessidades, conforme o contexto (Bronfenbrenner, 1979; Sousa et al., 2021). Para que esse processo ocorra de forma adequada, é primordial a existência de um ambiente estável e sensível às necessidades das crianças, em que as interações com os cuidadores sejam promotoras do desenvolvimento, de forma que as atividades estimulem esse processo nos domínios físico, cognitivo, social e psicológico (Ribeiro, 2022).

Em relação ao domínio físico, o desenvolvimento ocorre na aquisição de habilidades grossas e finas – como andar, levantar, empurrar, girar os pulsos, beliscar, entre outros – no crescimento de tamanho e força, além do aprimoramento dos sentidos. O domínio cognitivo envolve as habilidades de atenção, percepção, memória, pensamentos, linguagem, raciocínio e criatividade. O domínio psicossocial refere-se à capacidade de reconhecimento dos sentimentos e emoções das pessoas, compreensão e gerenciamento das próprias emoções, construção de vínculos afetivos, bem como o desenvolvimento de empatia e comunicação (Fraser-Thill, 2024).

Diante dessa base teórica, ressalta-se que a estimulação precoce se mostra um fator primordial para a ocorrência de um desenvolvimento saudável ao bebê, a qual envolve um processo preventivo e terapêutico que facilita a relação da criança com o seu meio durante a primeira infância, de modo que é estimulada para desenvolver habilidades de acordo com o período em que se encontra, tornando os cuidadores mais sensíveis e responsivos aos comportamentos e aos modos de comunicação dos filhos (Nascimento & Brocchi, 2023).

Dessa forma, o conhecimento acerca das concepções do desenvolvimento infantil e das

práticas de cuidado podem facilitar a promoção de ambientes estimulantes e estratégicos ao processo desenvolvimental, sobretudo na primeira infância, além de servir de base para compreender dificuldades, fortalecer vínculos, bem como identificar potenciais ou atrasos relacionados (Sousa et al., 2021).

Ao se tratar da relação entre mãe e bebê, desde a concepção, as alterações de humor, hormonais e neurais vivenciadas pelas gestantes afetam diretamente a construção da subjetividade, do vínculo afetivo e do desenvolvimento integral do bebê, o que influencia no processo de crescimento durante os primeiros anos de vida (Sousa et al., 2021). No entanto, a importância do vínculo materno se dá, principalmente, por ser a primeira relação psicossocial com o bebê, a qual serve de base para as relações posteriores ao longo do desenvolvimento, o que pode se configurar como um fator de risco à criança, caso a mãe não tenha conhecimento dos cuidados necessários, das etapas do desenvolvimento e das habilidades possivelmente adquiridas durante esse processo (Rocha et al., 2024).

As informações referentes ao desenvolvimento infantil, discutidas em contextos acadêmicos, geralmente, inacessíveis ao público geral, principalmente se tratando de grupos invisibilizados pela sociedade com as mães que estão encarceradas. Desse modo, ressalta-se que as mães em situação de cárcere, especialmente na região Amazônica em sua maioria, são mulheres negras com ensino fundamental incompleto, as quais indicam uma condição de vulnerabilidade social, o que pode dificultar não apenas o acesso de seus filhos a direitos básicos, mas também à oportunidade de receber conhecimentos acerca do desenvolvimento infantil e aplicá-los (Costa et al., 2024; Oliveira & Magalhães, 2017; Silva et al., 2023). Geralmente, esse público recorre às orientações de familiares e/ou às crenças populares, o que indicar estudos atualizados sobre o desenvolvimento infantil e novas formas de promoção de cuidado, influenciando no bem-estar da criança à longo prazo (Cruz et al., 2014).

Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a explorar a maternidade no sistema prisional para além dos fatores de risco ao desenvolvimento infantil associados às condições estruturais precárias, à limitada assistência à saúde e à carência de redes de apoio que fazem parte desse contexto, considerando que outros aspectos influentes também podem estar relacionados aos saberes dessas mães sobre o constructo do desenvolvimento infantil (Guimarães, 2024; Pereira, 2022; Sousa et al., 2021). Dessa forma, torna-se fundamental analisar o conhecimento das mães em contexto de cárcere sobre o desenvolvimento infantil, considerando as especificidades do contexto amazônico.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se pelo caráter transversal, descritivo e exploratório, com abordagem de análise quantitativa (Gil, 2018), com procedimento técnico do tipo survey. Participaram 30 mulheres da Unidade Materno Infantil (UMI) da Unidade de Custódia e Reinserção Feminino (UCRF), gestante ou lactante, maior de 18 anos e tinham, pelo menos, um filho.

O estudo foi realizado nas dependências da Unidade Materno Infantil (UMI) em um município do estado do Pará, coordenada pela Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), a primeira instituição da Região Norte do Brasil a acolher internas durante o período gestacional, desde 2013 (Oliveira, 2017).

Os dados foram coletados por meio do Inventário de Conhecimentos do Desenvolvimento Infantil (KIDI), desenvolvido por Macphee (1981), traduzido e adaptado por Ribas e colaboradores (2000). O KIDI objetiva avaliar o grau de conhecimento acerca do desenvolvimento de crianças de zero a dois anos, no que se refere à aquisição de habilidades motoras, perceptuais e cognitivas, além de cuidados com a alimentação, higiene e segurança. É composto por 75 perguntas de múltipla escolha divididas em quatro categorias: cuidados parentais que avalia questões associadas a crenças, estratégias situacionais e comportamento dos pais na criação dos filhos (14 itens); normas e marcos do desenvolvimento é analisado o nível de conhecimento acerca dos períodos em que a criança pode estar mais suscetível a adquirir certas habilidades motoras, perceptuais e/ou cognitivas (32 itens); princípios busca o processo de desenvolvimento, verificar processo de aquisição de competências, além de descrever habilidades gerais da criança (17 itens) e Saúde e segurança envolvem a identificação de alimentos adequados, de acordo com as faixas etárias, bem como modos de prevenção contra acidentes e tratamento de doenças (12 itens).

As questões de cada categoria são distribuídas de maneira aleatória ao longo do inventário, o qual é respondido por meio de três etapas com as opções de resposta variam em “concordo, discordo ou não estou certa”; na segunda, as escolhas estão entre “concordo, mais jovem, mais velho, e não estou certa”; e, na terceira etapa, há descrição de comportamentos nos itens “a,b,c,d” e “não sei informar”.

Enquanto procedimento de coleta, solicitou-se a autorização à Diretoria da instituição prisional e a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Núcleo de Teoria

e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará, CAAE, parecer de número 7.264.454, sob responsabilidade da Profa. Dra. Celina Maria Colino Magalhães. Além disso, foi solicitado para as participantes o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), permanecendo uma cópia, anexada no prontuário delas. Os questionários do KIDI foram impressos e aplicados de maneira presencial no dormitório da UMI, em que as pesquisadoras liam as questões e marcavam as respostas das entrevistadas, de forma individual. A duração da aplicação foi de 45 minutos e, ao final, elas receberiam a devolutiva acerca das informações coletadas.

Em relação ao procedimento de análise, os dados coletados foram tabulados e organizados em uma planilha do programa Microsoft Office Excel 2016 e Jeffreys's Amazing Statistics Program (JASP), no qual foram calculadas as proporções das respostas certas, erradas e de incertezas – a partir do gabarito de respostas do instrumento – além do cálculo das frequências das variáveis sociodemográficas. Os dados das características sociodemográficas foram descritos com informações relacionadas à idade (separada em menor ou igual a 23 anos e maior de 23 anos); escolaridade, incluindo alfabetizadas (envolvendo ensino fundamental, médio e superior) e não alfabetizadas; naturalidade (dividida em interior do Pará, Região Metropolitana de Belém e outro estado); número de filhos, que foi dividido em primíparas e múltiparas, além de ocupação (dividida em trabalho informal, formal e desempregada).

Para a análise dos resultados do Inventário de Conhecimentos do Desenvolvimento Infantil (KIDI), foi verificado a média, o valor mínimo, máximo e o percentual de acertos, erros e incertezas, de acordo com cada categoria do instrumento (cuidados parentais; normas e marcos do desenvolvimento; princípios; saúde e segurança). Foram ainda, identificadas as questões com maiores índices de acertos e erros, segundo cada categoria do KIDI.

Dentre as limitações do estudo, destacam-se: dificuldade de generalização dos resultados pelo tamanho da amostra, adiamento da resolução dos inventários – pelos relatos que ultrapassavam o tempo e emocionavam as mães – bem como, incongruência do instrumento ao contexto cultural das mães paraenses no cárcere.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados serão divididos em duas seções. Na primeira, serão apresentadas as características sociodemográficas: idade, naturalidade, escolaridade, ocupação e número de

filhos. A segunda seção apresenta as proporções das respostas das mães, por categoria do KIDI, e demonstra as questões com maiores índices de erros na categoria de marcos e normas do desenvolvimento.

Características Sociodemográficas

Dentre as 30 mães entrevistadas 53% (n=16) era maior de 23 anos, com idades entre 24 e 40 anos; 63% (n=19) natural da Região Metropolitana de Belém e 57% (n=17) com ensino fundamental e 90% (n=27) multíparas. O meio de ocupação predominante era trabalho informal (n=17; 57%) e 80% (n=24) delas era parda.

Tais dados apontam semelhança com as características de outras mães custodiadas, conforme os estudos de Barbosa (2023), Guimarães (2024), Leal et al. (2021) e Lima et al. (2023) e principalmente, ao se tratar de questões associadas ao nível de escolaridade, ocupação e cor da pele, que demarcam a desigualdade e a marginalização desse grupo social, fruto de um processo patriarcal, racista e capitalista que limita os direitos básicos à educação e a oportunidades de emprego, em que, sem o apoio governamental de qualidade, essas mulheres são mais suscetíveis ao envolvimento em atividades criminosas para prover melhores condições para si e à família, uma vez que muitas são chefes de família e possuem mais de um filho (Guimarães, 2024).

Para a psicóloga Cida Bento (2022), o Pacto da Branquitude envolve a falta de reconhecimento do branco como raça, considerado como universal, contribuindo para o silenciamento perante o racismo e para a manutenção dos privilégios da hegemonia branca masculina sobre a garantia de direitos. Esse pacto contribui para um processo de seletividade penal que, muitas vezes, atribui o estigma de criminoso à pessoa negra, especialmente mulheres chefes de família e com baixa escolaridade, as quais são alvos de tratamentos mais punitivos e duradouros, comparado às mulheres brancas em situação de cárcere (Oliveira, 2021).

Respostas por Categoria do KIDI

Nesta seção serão apresentados os percentuais de acertos, erros e incertezas das respostas do KIDI conforme tabela 1.

Tabela 1

Percentuais de acertos, erros e incertezas, por categoria do KIDI (N=30).

Categoria	Acertos	Erros	Incertezas	Sem resposta	Total
Cuidados Parentais	64,05	32,86	3,10	-	100
Normas	50,83	40,62	6,25	3,12	100
Princípios	61,96	30,59	7,45	-	100
Segurança/Saúde	68,61	24,17	7,22	-	100
Média do %	61,36	31,82	6,81	-	100

Na tabela 1, dentre todas as categorias, observa-se que o eixo de segurança e saúde obteve maior quantitativo de acertos (68,61%) e o eixo de normas e marcos do desenvolvimento obteve maior percentual de erros (40,62%). Tais dados podem sinalizar que as mães em contexto de cárcere possuem certo conhecimento acerca do desenvolvimento infantil de modo geral, mesmo que os indicadores de erros e incertezas sejam medianos, corroborando com o estudo de Cruz et al. (2014).

Outra análise demonstrada na tabela 2, evidencia as questões que todas as mães acertaram e erraram cem por cento, conforme cada categoria do KIDI.

Tabela 2

Questões com 100% de acertos e erros pelas mães, por categoria do KIDI.

Categoria	100% de acerto	100% de erro
Cuidados Parentais	-	-
Normas	-	Questão 67
Princípios	-	Questão 39
Segurança/Saúde	Questão 2	Questão 40

O eixo Segurança e Saúde teve maior percentual de acertos (68,61%) sobre as demais categorias. A questão 2, abordar sobre a importância do bebê ser avaliado pelo médico mensalmente no primeiro ano de vida, foi respondida corretamente por todas das mães. Uma das razões que pode explica o desempenho nesta questão relaciona-se aos fatores culturais principalmente se tratando da multiparidade presente na maioria das mães deste estudo, já que o acúmulo de experiências vivenciadas com os filhos e as possíveis orientações recebidas por familiares e conhecidos, por exemplo, podem contribuir para maior conhecimento sobre cuidados nutricionais, higiênicos e de segurança, o que corrobora com os estudos de Cruz et al. (2014), Leal et al. (2021), Oliveira e Magalhães (2017), Rosário et al. (2024) e Seidl-de-Moura et al. (2004).

No entanto, a categoria Segurança/Saúde também obteve uma assertiva que foi respondida

incorretamente por 100% das mães, a questão 40, a qual afirma que a mãe deve parar de alimentar o bebê com comida sólida e alimentá-lo com água com açúcar ou Coca-Cola sem gás quando ele ficar com diarreia, o que despertou surpresa e a discordância convicta por todas as mães. Possivelmente, a realidade econômica e sociocultural distinta da população a qual o instrumento se destina, distante do contexto cultural no Norte do Brasil, especialmente no estado do Pará, pode ser uma razão para tal aspecto, uma vez que a utilização do refrigerante não faz parte dos cuidados com a saúde alimentar e a segurança dos bebês (Cruz et al., 2014; Oliveira & Magalhães, 2017).

Sobre a categoria Princípios, em relação à questão 39, referente às crianças aprenderem tudo do seu idioma copiando o que ouvem dos adultos, todas as mães concordaram de maneira incorreta, possivelmente pela assertiva limitar o processo de aprendizado da língua à cópia e à imitação. Cabe reconhecer que as crianças não copiam literalmente o que escutam, mas constroem o idioma a partir de regras mentais próprias, criando hipóteses sobre o que ouviram e tentando reproduzi-las, o que justifica os erros gramaticais durante o processo de aprendizado (Figueiredo, 2024).

A perspectiva de que o aprendizado ocorre por cópia pode reduzir a criança a um ser passivo que apenas espera instruções e as reproduz, fator oriundo de um viés histórico-cultural, fruto da Idade Moderna, em que se subestimava a capacidade das crianças de se atentar, perceber e compreender o mundo (Santos, 2017). Com isso, é possível que esse reducionismo na infância, no que se refere à criação ativa de regras internas, torne as mães menos responsivas a determinados sinais de comunicação e pouco estimulantes a esse processo de construção ativa de linguagem, com o risco de impactar, também, o vínculo de afeto entre elas e suas crianças (Hilário et al., 2025).

No que se refere a categoria de marcos e normas do desenvolvimento evidencia-se que a assertiva 67, que ressalta a capacidade de um bebê de 6 meses perceber profundidade, foi respondida incorretamente por 100% das mães. Possivelmente, tais respostas podem advir da carência de conhecimento acerca do funcionamento da acuidade visual nessa idade, associada a uma possível subestimação das capacidades dos bebês, a partir de uma perspectiva exacerbada de fragilidade por parte de muitas mães (Machado, 2021). Com isso, é provável que elas limitem seus filhos de explorar o espaço, reduzindo experiências essenciais para o processo desenvolvimental. Cabe ressaltar que, apesar da importância em reconhecer as limitações e a dependência dos bebês, é necessário considerar as habilidades adquiridas em cada faixa etária

para garantir a estimulação eficiente do desenvolvimento infantil (Nascimento & Brocchi, 2023).

Outro dado é analisado na tabela 3 demonstra os valores da média, do valor mínimo e máximo de questões respondidas de forma correta, incorreta e incerta.

Tabela 3

Média, mínimo e máximo de acertos, erros e incertezas, por categoria do KIDI (N=30).

Categoria	Acertos			Erros			Incertezas			Total
	Média	Mín	Máx	Média	Mín	Máx	Média	Mín	Máx	N
Cuidados Parentais	8,97	5	13	4,6	0	9	0,43	0	2	14
Normas	16,27	12	22	12,7	6	19	3,03	0	12	32
Princípios	10,53	5	14	5,20	1	8	1,27	0	5	17
Segurança/Saúde	8,23	5	10	2,90	1	5	0,87	0	5	12
Média Total	10,92			6,35			1,4			

Ao analisar a tabela 3, nota-se que a categoria Normas – a qual descreve os períodos mais prováveis de aquisição de habilidades físicas, sociais e cognitivas da criança – obteve a maior média de acertos (16,27), de erros (12,7) e, também, de incertezas (3,03). Nessa categoria, as participantes podem ter respondido com base em suas experiências pessoais com os filhos. Assim, é necessário ressaltar que as incertezas frente às questões de normas do desenvolvimento precisam ser consideradas, de modo que práticas de instrução sejam promovidas, contribuindo não apenas para a aquisição de conhecimentos nessa área, mas para uma criação mais estratégica e estimulante dos seus bebês.

Na tabela 4, as cinco questões da categoria normas que obtiveram maior quantitativo de erros pelas mães foram as de número 50, 59, 67, 68 e 71.

Tabela 4

Questões respondidas incorretamente pelas mães na categoria Normas, segundo o domínio do desenvolvimento

Questão	Enunciado Resumido	Domínios	N
50	Bebê de 6 meses reage diferente conforme a emoção da pessoa	Psicológico e Social	25
59	Bebê de 10 meses começa a responder a seu nome	Cognitivo	24
67	Bebê, em torno dos 6 meses, percebe profundidade	Cognitivo	30
68	Bebê de 2 meses distingue sons da linguagem	Físico e Cognitivo	26
71	Quantidade total média de sono de um recém-nascido	Físico	26

Percebe-se que a maioria dessas questões estão relacionadas ao domínio cognitivo – habilidades de atenção, memória, raciocínio, linguagem, entre outros – em especial, as questões 59, 67 e 68. As questões 50 e 71 referem-se ao domínio psicossocial e físico, respectivamente.

Em relação às assertivas 59 e 68, por exemplo, que abordam habilidades de percepção e linguagem – em que uma afirma a capacidade de responder pelo nome aos 10 meses e, a outra, de distinguir sons de linguagem aos 2 meses – o quantitativo de erros pode estar associado à possível desatenção das mães sobre as pequenas respostas dos bebês que demonstram o reconhecimento do próprio nome, com simples movimentos ou mudanças de atenção, além da crença popular de que os bebês não conseguem distinguir sons por ainda não saberem falar, confundindo as capacidades de percepção e de fala. (Costa et al., 2021; Fidêncio et al., 2021; Ribeiro, 2021). Ressalta-se que a questão 67, referida na tabela 2, foi explorada anteriormente.

Na questão 50, que aborda a capacidade do bebê de 6 meses em reagir de forma diferente às emoções de terceiros, ao abordar o domínio psicossocial – referente ao reconhecimento, expressão e reação emocional subjetiva e interpessoal, além dos modos de se relacionar coletivamente com os outros – uma possível explicação dos erros das mães custodiadas baseia-se na falta de percepção acerca da capacidade dos bebês, quanto à interpretação e reação às expressões faciais e vocais que manifestam diferentes emoções, mesmo que o bebê não compreendam racionalmente o motivo dessas mudanças de humor (Ribeiro, 2021).

Ao tratar-se de uma relação recíproca na díade mãe-bebê, por meio da comunicação face-a-face – troca de olhares, movimentos dos membros e sorrisos pelos bebês mediante aos comportamentos maternos – reitera-se a importância da atenção sobre as reações dos bebês e a proximidade das mães para potencializar essa interação, estimulando o desenvolvimento de regulação emocional, na formação de vínculos de apego seguros e a construção da subjetividade, o que influencia positivamente nos futuros relacionamentos desse bebê (Bronfenbrenner, 1979; Ibiapina et al., 2025; Mendes & Seidl-de-Moura, 2009).

Por fim, os erros na questão 71, a qual aborda a quantidade média de sono de um recém-nascido por dia, podem estar relacionadas à incompreensão das mães sobre o ciclo circadiano dos bebês e possível alteração da percepção de tempo pela restrição de acesso a relógios (Guimarães, 2024; Oliveira & Magalhães, 2017). Destaca-se que o impacto da quantidade e qualidade do sono afeta desenvolvimento dos bebês, especialmente no que se refere ao humor e ao seu funcionamento diurno, pelo risco de apresentar irritação e sensibilidade durante o dia, além de insônia pela noite, influenciando no processo crescimento e no equilíbrio dinâmico do organismo (Brandão, 2025).

É importante considerar a influência do contexto carcerário, nos casos em que há carência de ambientes estimulantes ao desenvolvimento físico, cognitivo, social e psicológico, sobre as

mães e os bebês, considerando as suas experiências particulares e os atravessamentos emergidos durante a permanência nesse ambiente.

Cabe ressaltar certas limitações metodológicas deste estudo. Primeiramente, evidencia-se a dificuldade de generalização dos resultados, tendo em vista o tamanho da amostra, assim como a incompatibilidades de horários entre as pesquisadoras e a instituição, além da imprevisibilidade de entrada de internas novas, uma vez que a UMI foi frequentada apenas por veteranas durante alguns meses. Além disso, o término de muitos questionários precisou ser adiado para dias diferentes, já que a maioria das mães se emocionava ao lembrar de seus filhos e compartilhava histórias de vida, o que fazia as pesquisadoras interromperem a pesquisa, tanto pela insuficiência do tempo, quanto pelo respeito ao momento de vulnerabilidade emocional das participantes.

Outra limitação a ser destacada envolve a incongruência do instrumento à realidade das mães brasileiras, sobretudo as paraenses no contexto carcerário. Esse fator possibilita levantar hipóteses equivocadas sobre as respostas das mães em certas questões, apesar destes dados exploratórios serem importantes para pesquisas futuras.

Por isso, pesquisas futuras podem avaliar esse aspecto, por meio de uma possível readaptação e revalidação do instrumento ao cenário nacional brasileiro, especialmente na Amazônia, no estado do Pará. Além disso, outros estudos exploratórios nesse contexto podem se valer do método de investigação longitudinal, realizando observações a longo prazo acerca da influência do conhecimento adquirido pelas mães na vida de seus filhos sobre noções de desenvolvimento, com a possibilidade de comparar grupos de mães custodiadas e situação de liberdade. Podem ser feitas, também, pesquisas em relação ao teste e validação da eficiência de grupos reflexivos materno-infantil, dentro do ambiente penitenciário, sobre aspectos desenvolvimentais, como proposta de políticas públicas para esse público.

CONCLUSÃO

Este estudo objetivou analisar o conhecimento das mães em contexto de cárcere na Amazônia em relação ao desenvolvimento infantil. Para isso, foram investigadas as prevalências das respostas certas, erradas e incertas, conforme as categorias do KIDI, além das questões com maiores índices de erros na categoria de marcos do desenvolvimento em uma amostra de mães custodiadas em uma Unidade de Custódia e Reinserção Feminina da região Norte do Brasil, na Amazônia.

Os resultados sinalizam proximidade com a literatura, no que se refere ao perfil sociodemográfico das mães custodiadas, revelando a vulnerabilidade social atravessada pelos aspectos culturais do patriarcado, racismo e do capitalismo, o que é evidenciado em estudos anteriores sobre a presença de mães negras, chefes de família, de baixa escolaridade, carentes de acesso aos direitos básicos, cedendo ao exercício de atividades criminosas e ingressando no ambiente prisional, fatores contribuintes para a manutenção do Pacto da Branquitude que potencializa a marginalização e subalternização desse grupo perante à estrutura de poder social branca e masculina.

Outro dado sinalizou alto índice de conhecimento acerca de cuidados básicos na criação dos filhos, principalmente, pelo acúmulo de experiências advindos da multiparidade das mães. Por outro lado, foi evidenciado o elevado desconhecimento dessas mulheres acerca dos marcos e normas do desenvolvimento, especialmente em relação ao aspecto cognitivo, no que se refere às habilidades de percepção e de linguagem, o que pode afetar negativamente o processo de desenvolvimento das crianças.

Reitera-se que a carência de informação acerca dos períodos em que a criança pode estar mais suscetível a adquirir determinadas habilidades evidencia um indicador prejudicial ao processo desenvolvimental, uma vez que esse desconhecimento pode ser um fator de risco ao atraso no desenvolvimento infantil ou ainda na relação mãe-bebê, especialmente pela falta de aptidão para identificar atrasos desenvolvimentais, compreender dificuldades e estimular habilidades (Nascimento & Brocchi, 2023).

De acordo com a Lei nº 13.257/2016, em seu artigo 19 e parágrafo 7º, toda gestante tem o direito de receber orientação em relação a cuidados com a saúde, ao aleitamento materno, às formas de criação de vínculos e aos modos de estimulação do desenvolvimento da criança, de maneira integral (Brasil, 2016). Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de melhorias nas políticas públicas no contexto materno-infantil do cárcere, não apenas por meio da promoção de programas em prol do bem-estar das mães e das crianças, mas também da realização de encontros para ensinar detalhadamente informações acerca dos marcos do desenvolvimento nos domínios cognitivos, físicos e socioemocionais na infância, especialmente, em relação às alterações apresentadas e habilidades esperadas, democratizando o acesso aos conhecimentos que, muitas vezes, são exclusivos de meios acadêmicos.

Ademais, pode-se, também, propor brincadeiras e atividades, adaptadas ao contexto carcerário, para promover a estimulação das habilidades, principalmente, nos primeiros meses de

vida, para que as mães se tornem mais perceptivas e responsivas ao comportamento dos filhos, ofertando mais oportunidades de estímulo ao desenvolvimento.

Nesse sentido, destaca-se que os resultados do presente estudo somam com a literatura nacional em relação às particularidades das mães em situação de cárcere na Amazônia e à área da Psicologia do Desenvolvimento, especialmente no que se refere à importância de considerar os marcadores étnico-raciais, territoriais e de gênero que atravessam o contexto das mães amazônidas encarceradas e que influenciam no conhecimento sobre o aspecto desenvolvimental e, conseqüentemente, na criação de seus filhos, o que contribui para a ampliação da compreensão do fenômeno do desenvolvimento nesse contexto social.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, J. V. P. & Castro, E. R. (2025). Encarceramento Feminino: Análise do Sistema Carcerário Feminino no Brasil, sob a Luz da sua Ressocialização. *Revista FT*, 29(147). <https://10.69849/revistaft/cl10202506091511>
- Barbosa, K. M. G. (2023). *Maternagem na prisão: repercussões na vivência de mães em situação de cárcere* (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual de Feira de Santana. <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/1594>
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das letras.
- Brandão, A. R. (2025). *Verificação dos padrões de sono em prematuros acompanhados no ambulatório de follow up da Maternidade Escola da UFRJ*. Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <http://hdl.handle.net/11422/26498>
- Brasil. (2016). “Lei nº 13.257 de 8 de março de 2016”. *Diário Oficial da União*, 10 (março). <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/9966>
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Harvard University Press.
- Costa, A. B. S., Silva, A. C. M. M., Pinheiro, C. M. R., Viana, K. C. S., Velozo, L. S., Ukita, L. T., ... & Neves, M. F. A. (2024). *Importância da Extensão Universitária na Avaliação do Desenvolvimento Neuropsicomotor Infantil*. [Apresentação de Trabalho] IV Encontro Nacional de Extensão Universitária, São José dos Campos, SP, Brasil. https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2024/anais/arquivos/RE_0621_0518_01.pdf
- Costa, J. P., Brito, I. A., Pfeilsticker, F. J., Peixoto M. C., Pereira, M. L., & Brito, G. A. (2021). A influência das artes nos marcos de desenvolvimento. Em S. J. Ferreira (Ed.), *Infância com Artes e Artes na Infância: Implicação das Artes no Processo de Crescimento e Desenvolvimento da Criança* (pp. 22-39). Editora Científica Digital. <https://dx.doi.org/10.37885/201102321>
- Cruz, E. J. S., Cavalcante, L. I. C., & Pedroso, J. S. (2014). Inventário do conhecimento do

- desenvolvimento infantil: estudo com mães de crianças em acolhimento institucional. *Revista da SPAGESP*, 15(1), 49-63. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5429468>
- Fidêncio, V. L. D., Azevedo, I. J., Menezes, E. S., Campos, K. T. S., & Corrêa, C. C. (2021). Conhecimentos básicos de pais de crianças submetidas a tratamento fonoaudiológico quanto à audição e linguagem. *Archives of Health Investigation*, 10(5), 783-789. <https://doi.org/10.21270/archi.v10i5.5087>
- Figueiredo, F. J. Q. (2024). *Aprendendo com os erros: uma perspectiva comunicativa do ensino de línguas*. Parábola Editorial.
- Fraser-Thill, R. (2024, May 14). Major Domains in Child Development. *Parents*. <https://www.parents.com/developmental-domains-how-children-grow-and-change-8630985>
- Gil, A. C. (2018). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Editora Atlas.
- Guimarães, M. G. B. F. (2024). *Maternidade no cárcere: estudo sobre condições de encarceramento de gestantes e puérperas no Brasil – 2020/2023*. Repositório da Universidade Estadual de Goiás. <https://repositorio.ueg.br/jspui/handle/riueg/5614>
- Hilário, J. S. M., Pancieri, L., Lima, R. A. G. D., Melo, E. M. O. P. D., & Mello, D. F. D. (2025). Parentalidade e estímulo ao desenvolvimento infantil em domicílio: perspectivas do Nurturing Care. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 33. <https://doi.org/10.1590/1518-8345.7554.4611>
- Ibiapina, I. C., Silveira, L. G., Reis, D. C., & Cavalcante, L. I. C. (2025). As dimensões do apego e as experiências adversas na infância em universitários na Amazônia. *Revista de Psicologia*, 16(58). <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10091584>
- Leal, A. S. G., Magalhães, C. M. C. & Pereira, D. M. O. (2021). Grávidas e Puérperas em Situação de Privação de Liberdade: Avaliação do atendimento pré e pós-parto. *Revista Brasileira de Execução Penal*, 2(2). <https://doi.org/10.1234/rbep.v2i2.279>
- Lima, H. N., Oliveira, K. C. P. N., Alves, C. A. O, Lira, L. B. S., Costa, L. M. C. & Rozendo, C. A. (2023). Mães em cárcere: percepções sobre a vivência da maternidade em privação de liberdade. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, 13. <https://doi.org/10.19175/recom.v13i0.4802>
- Machado, B. C. A. (2022). Práticas Cotidianas de uma Equipe Multidisciplinar no Trabalho com Bebês. *Saberes Em Foco Revista Da Smed Nh*, 4(1), 145–159. <https://periodicos.novohamburgo.rs.gov.br/index.php/saberes-em-foco/article/view/106>
- MacPhee, D. (1981). *Manual Knowledge of infant development inventory* [Unpublished manuscript]. University of North Carolina.
- Magalhães, V. H. A. (2022). *Sistema carcerário feminino: violação de direitos e garantias fundamentais, gestação e maternidade*. Repositório da Universidade Católica de Goiás. <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5109/1/TCC%20%20Vict>

or%20Hugo%20Arau%CC%81jo%20de%20Magalha%CC%83es.pdf

- Mendes, D. M. L. F., & Seidl-de-Moura, M. L. S. (2009). Expressões faciais de emoção em bebês: importância e evidências. *Estudos e pesquisas em Psicologia*, 9(2), 307-327. <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844629004.pdf>
- Munhoz, T. N., Santos, I. S., Blumenberg, C., Barcelos, R. S., Bortolotto, C. C., Matijasevich, A., ... & Victora, C. G. (2022). Fatores associados ao desenvolvimento infantil em crianças brasileiras: linha de base da avaliação do impacto do Programa Criança Feliz. *Cadernos de Saúde Pública*, 38. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00316920>
- Nascimento, C. C. D. S., & Brocchi, B. S. (2023). Desenvolvimento da linguagem de crianças prematuras extremas ao nascimento: orientação aos pais. *Revista CEFAC*, 25. <https://doi.org/10.1590/1982-0216/20232516722s>
- Oliveira, M. M. D. (2021). *Quando elas vestem o colarinho branco: análise das intersecções de gênero, raça e classe no julgamento de mulheres criminalizadas no âmbito da lava-jato* (Dissertação de Mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/24450/1/000502932-Clique%2Baqui%2Bpara%2Bacessar-0.pdf>
- Oliveira, M. Z. G. D. (2017). *Conhecimento sobre desenvolvimento infantil: um estudo com mães em contexto de cárcere* (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Pará. https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/11296/1/Dissertacao_ConhecimentoSobreDesenvolvimento.pdf
- Oliveira, M. Z. G., & Magalhães, C. M. C. (2017). Mães em contexto de cárcere: ambiente, práticas de cuidado e conhecimentos sobre desenvolvimento. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 25(2). <https://api.core.ac.uk/oai/oai:ajs-metodista.metodista.br:article/7661>
- Pereira, V. S. (2022). *Repercussões do cárcere para além dos muros: contexto familiar de mulheres presas* (Dissertação de Mestrado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro. <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/20427>
- Ribas J., R. C., Seidl-de-Moura, M. L., Gomes, A. A. N., & Soares, I. D. (2000). *Adaptação brasileira do Inventário de Conhecimento sobre o Desenvolvimento Infantil de David Macphee*. [Apresentação de Trabalho] III Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Ribeiro, L. D. S. (2021). *A multimodalidade em aquisição de linguagem na trissomia do cromossomo 21*. Repositório da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/2948>
- Ribeiro, M. A. P. S. (2022). Educação Integral: O Pharmakon da Gestão Escolar à Luz da Teoria Biecológica de Bronfenbrenner. *Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, 32(3), 424-431. <https://doi.org/10.18224/frag.v32i3.12586>
- Rocha, A. M., Ferreira, A. K. S., Ferreira, N. F., de Souza, T. N., & Pinho, L. F. S. V. (2024). A relação mãe e bebê: o papel da afetividade e do vínculo durante o período gestacional. *Revista UniPaulistana de Iniciação Científica*, 1(1), 21-31.

<https://www.revistaunipaulistana.com.br/index.php/upic/article/download/44/27>

- Rosário, R. C. B. et al. (2024). Conhecimento dos pais e cuidadores sobre as vacinas nos primeiros cinco anos de vida. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 24(9). <https://doi.org/10.25248/REAS.e17122.2024>
- Santos, C. E. (2017) A invenção da família moderna: funções, particularidades e sentimento de pertencimento. *Veredas da História*, 10(1), 259-275. <https://doi.org/10.9771/rvh.v10i1.47965>
- Seidl-de-Moura, M. L., Ribas Jr, R. C., Piccinini, C. A., Bastos, A. C. S., Magalhães, C. M. C., Vieira, M. L., ... & Silva, A. K. (2004). Conhecimento sobre desenvolvimento infantil em mães primíparas de diferentes centros urbanos do Brasil1. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 421-429. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300004>
- Silva, S. R., del Corso, J., Celeste, L. C., & Satler, C. E. (2023). Cartilha de orientação para pais sobre os marcos do desenvolvimento e manifestações do TEA na primeira infância. *Revista Ciências Da Saúde CEUMA*, 1(1), 43-51. <https://doi.org/10.61695/rcs.v1i1.3>
- Sousa, R. C. R. D., Monteiro, E. M. L. M., Albuquerque, G. A., Paula, W. K. A. D., & Coriolano-Marinus, M. W. D. L. (2021). Intervenções de enfermagem para promoção do desenvolvimento infantil a partir da teoria bioecológica de bronfenbrenner. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 30. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0685>